1961-1970

Renato da Gama-Rosa Costa
Alexandre Jose de Souza Pessoas

Benedito Tadeu de Oliveira (coord.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, R. G. R., and PESSOA, A. J. S. 1961-1970. In.: *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos* [online].
Coordinator Benedito Tadeu de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 152-163. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-113-6. <https://doi.org/10.7476/9786557081136.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1961

1970

1960

1970

1980

De 1961 a 1970

- 11 Cocheira - Instituto Soroterápico
- 18 Cais
- 20 Pombal
- 21 Cavalaria
- 22 Pavilhão do Relógio
- 23 Caramanchão
- 24 Pavilhão Mourisco
- 25 Horta - Ilha do Pinheiro
- 26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
- 27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
- 28 Residência Museu de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
- 29 Hospital Evandro Chagas
- 30 Cantina
- 31 Residência
- 32 Ambulatório HEC
- 33 Biotério HEC
- 34 Depósito
- 35 Aquário de água salgada
- 36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
- 37 Anexo Casa de Chá
- 38 Bichário
- 39 Casa Amarela
- 40 Residência
- 41 Estufas
- 42 Depósito para inflamáveis
- 43 Necrotério HEC
- 44 Cocheira velha
- 45 Residência para funcionário - Horta
- 46 Residência para funcionário - Horta
- 47 Residência para funcionário - Horta
- 48 Residência para funcionário - Horta

- 50 Pavilhão Rockefeller
- 51 Pavilhão Laura Travassos
- 52 Coelheira
- 53 Cocheira
- 54 Pavilhão da Marcenaria
- 55 Pavilhão de Vírus
- 56 Estrebaria
- 57 Depósito
- 58 Forno crematório
- 59 Estaleiro - Ilha do Pinheiro
- 60 Cais - Ilha do Pinheiro
- 61 Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro
- 62 Chaminé - Ilha do Pinheiro
- 63 Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro
- 64 Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
- 65 Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro
- 66 Pavilhão Torres Homem
- 67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida
- 68 Pavilhão Carlos Chagas
- 69 Pavilhão Arthur Neiva
- 70 Pavilhão da Biologia
- 71 Oficina
- 72 Garagem
- 73 Depósito
- 74 Pavilhão Carlos Augusto Da Silva
- 75 Lavanderia HEC
- 76 Pavilhão Adolfo Lutz
- 77 Caixa d'água
- 78 Depósito
- 79 Cisterna

- 80 Canil - demolido na década de 60
- 81 Galinheiro - demolido na década de 60
- 82 Portaria Avenida Brasil
- 83 Pavilhão Henrique Aragão
- 84 Pavilhão Leonidas Deane
- 85 Estação de Tratamento de Esgoto
- 86 Cocheira
- 87 Potreiro/cocheira
- 88 Brete
- 89 Depósito de Rações
- 90 Casa de Força
- 91 Bio-Manguinhos 1957/65
- 92 Caixa D'água
- 93 Casa de Força
- 94 Vestiários
- 95 Portaria 02
- 96 Residência Oficial
- 97 Subestação Pavilhão do Relógio
- 98 Pavilhão Gomes de Faria
- 99 Almoxarifado de Farmanguinhos
- 100 Pavilhão de Produção/ Administração de Far-Manguinhos
- 101 Pavilhão de Supervisão de Far-Manguinhos
- 102 Escola Nacional de Saúde Pública
- 103 CECAL e anexos
- 104 Pavilhão Jorge Careli
- 105 Manutenção civil da ENSP
- 106 Expansão do *campus*
- 107 Portaria Leopoldo Bulhões

0 50 100 200

BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA DE SITUAÇÃO DO I.O.C. - D.O./M.S. - 05/01/1972
LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - PCRJ - DEC. 1960

RIO DO CUNHA

RIO JACARÉ

RIO JACARÉ

CANAL FARIA-TIMBÓ

EST. CARLOS CHAGAS

LEOPOLDINA RAILWAY

R. LEOPOLDO BULHÕES

RUA SEZENANDO NABUJO

CANAL DO CUNHA

AV. BRASIL

Terreno da Fiocruz

Área perdida

Edificações preexistentes

Edificações construídas na década de 60

Edificações em ruínas

Edificações não pertencentes ao Instituto

BAÍA DE GUANABARA

Tito Arcoverde
Cavalcanti
Diretor do Instituto
Oswaldo Cruz
de 26 de setembro
de 1960
a 16 de fevereiro
de 1961.

Joaquim Travassos
da Rosa
Diretor do Instituto
Oswaldo Cruz
de 16 de fevereiro
de 1961
a 15 de julho
de 1964.

Francisco de Paula
da
Rocha Lagôa
Diretor do Instituto
Oswaldo Cruz
de 15 de junho de
1964 a
5 de dezembro
de 1969.

A maior parte dos edifícios desse período foi construída por órgãos do Ministério da Saúde ocupando terrenos dentro da área do Instituto, todavia alheios a sua organização administrativa. A única exceção ficou por conta do edifício do Biotério Central (1966-1967). Os pavilhões de Far-Manguinhos – produção, supervisão e almoxarifado –, de autoria do arquiteto Cláudio Viana, por exemplo, foram construídos em 1965 para abrigar o Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e o Pavilhão Rocha Lima, para abrigar primeiramente um hospital de pneumologia e depois o Departamento de Soros e Vacinas do Ministério da Saúde. Apenas anos mais tarde passariam a fazer parte da mesma estrutura administrativa, quando da criação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, em 1970.

Esse fato acarretou modalidades diversas de implantação dos edifícios, com perda de unidades formal, de concepção e de execução dos projetos. A preocupação com a funcionalidade passou a predominar sobre a estética, revelando a falta de uma condução centralizadora e de uma linha de pensamento organizada, a exemplo de Oswaldo Cruz e de Henrique Aragão.

A construção da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) dentro do *campus*, que funcionava, até então, precariamente nas dependências do Departamento Nacional da Criança – hoje ocupadas pelo Instituto Fernandes Figueira,⁸⁴ na Avenida Rui Barbosa, Flamengo, Zona Sul do Rio –, ocorreu em curto espaço de tempo, de 1965 a 1966. O projeto, de autoria de Floroaldo Albano (Anexo I) e de Josélio Médici, aproveitou uma estrutura em concreto, provavelmente iniciada para a construção de um anexo ao Hospital Torres Homem, que ficou abandonada durante muitos anos e depois foi vendida pelo governo de Carlos Lacerda ao Ministério da Saúde.

⁸⁴ Inaugurado em 1924, com o nome de Abrigo Hospital Arthur Bernardes, foi criado por iniciativa de Carlos Chagas – então chefe da Diretoria de Saúde Pública (DGSP) do Ministério da Justiça e Negócios Interiores –, e de Antônio Fernandes Figueira, chefe da Inspetoria de Higiene Infantil, da mesma Diretoria. Só em 1946, passou a chamar-se Instituto Fernandes Figueira, em homenagem ao seu patrono.

Aerofoto de Manguinhos. (DAD/Fiocruz)

A Escola Nacional de Saúde Pública era uma estrutura velha que existia. Era da Prefeitura, se não me engano, ao lado de um hospital, Hospital Torres Homem. Acho que seria um novo prédio para o Torres Homem, se não me engano. Bom, essa estrutura ficou abandonada *ad perpetum*. A estrutura era de concreto armado, todinha, de cima a baixo.⁸⁵

Perguntado sobre a época dessa estrutura, Albano pensava tratar-se da década de 40:

E essa estrutura estava abandonada (...) era governador do Estado da Guanabara o Carlos Lacerda, que era muito ligado ao ministro Raimundo de Britto. Ele conseguiu empurrar para o Ministério esta estrutura velha, porque a Escola de Saúde Pública estava pleiteando uma nova unidade, pois ela funcionava precariamente na Avenida Rui Barbosa, em dependências do Departamento Nacional da Criança. [atual Instituto Fernandes Figueira – IFF]

Desenho das fachadas de Far-Manguinhos, construído para o DNERu. Projeto do arquiteto Cláudio Viana. (DAD/Fiocruz)

José Guilherme Lacorte
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
de 6 de dezembro de 1969
a 16 de outubro de 1970.

Oswaldo Cruz Filho
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
de 17 de outubro de 1970
a 31 de março de 1972.

⁸⁵ Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

Foi quando apareceu esta oportunidade, e o então diretor da Escola, que era muito operoso, o professor (...) [Edmar Terra] Blois conseguiu junto ao Raimundo que aquilo fosse transformado em Escola de Saúde Pública. Então veio a ordem de serviço para eu fazer a adaptação daquela estrutura. A primeira providência foi contratar uma firma especializada para medir a resistência daquela estrutura. E foi contratada a Franki,⁸⁶ que fez um trabalho primoroso, com dois engenheiros que passaram aí um mês com esclerômetro medindo os pilares e as vigas. Fez-se um relatório segundo o qual havia algumas vigas e alguns pilares que precisavam ser reforçados. Bom, veio o projeto para mim, peguei aquela planta, comecei a estudar junto com a direção da Escola de Saúde Pública. Vieram as solicitações: quem estava instalado numa coisinha deste tamanho não se contentava mais com aquela estrutura, e começou a coisa a crescer. O programa foi crescendo, crescendo, crescendo, obrigou a acréscimos. Aquela parte do auditório é um acréscimo. E há um acréscimo (...) onde foi construído o ambulatório [que funciona até hoje].⁸⁷

O contrato para recuperar a estrutura foi feito em 1965, e a obra executada em um ano, pela Metrocon,⁸⁸ com financiamento do Ministério da Saúde. Albano considerou não muito positivo o aspecto final da arquitetura do edifício, em virtude do crescimento do programa e da necessidade de se aproveitar uma estrutura existente.

(...) A construção foi rápida. Foi também barata. Não há materiais nobres na construção do edifício. Foi uma recomendação do ministro, não queria luxo. Fez bem. (...)

(...) a escola foi feita rapidamente. Existiam, acho que já não existem mais, dois andares de hotel. (...) Alojamento? Era hotel, porque tinha lavanderia e tinha refeitório. Tinha cozinha, aliás uma belíssima cozinha, projetada por uma firma chamada Hospitec, muito boa. (...) essa cozinha até mereceu elogios dos nutricionistas que vinham visitá-la, dada a sua área generosa e a distribuição dos equipamentos. Mas a Escola funcionou independente e depois passou para vocês.⁸⁹

⁸⁶ Estacas Franki, importante empresa de estaqueamento de construções, que atua no Rio de Janeiro desde 1937.

⁸⁷ Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

⁸⁸ Empresa Metropolitana de Construção.

⁸⁹ Ver nota 87.

Anúncio da Metrocon sobre as obras de construção da Ensp (Revista Arquitetura, nº 35, de maio de 1965).

Desenho da fachada da Escola Nacional de Saúde Pública. A antiga estrutura abandonada foi vendida pelo Governo de Carlos Lacerda ao Ministério da Saúde, recuperada e adaptada de acordo com o projeto do arquiteto Floroaldo Albano, da Equipe da Divisão de Obras. (DAD/Fiocruz)

Com a inauguração do novo edifício, a Ensp passaria a oferecer cursos de pós-graduação, além de realizar pesquisas e estudos em saúde pública. Essas atividades na área de ensino culminariam no cancelamento dos tradicionais cursos do Instituto Oswaldo Cruz, a partir de 1970. Mas esta não seria a maior provação pela qual passaria o Instituto.

Na época do golpe militar de 1964, o cientista Joaquim Travassos, que dirigia o IOC, foi substituído pelo médico Francisco de Paula Rocha Lagoa, nomeado pelo Marechal Humberto Castello Branco como novo diretor do Instituto. Segundo Herman Lent,⁹⁰ logo após sua nomeação, Rocha Lagoa apresentou-se aos diversos laboratórios do Instituto e no de

⁹⁰ Estavam presentes, além de H. Lent, os entomologistas Hugo de Souza Lopes e Renato Araújo e Costa Lima; este, chefe do laboratório de entomologia. Depoimento pessoal de Herman Lent ao arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira.

Entomologia, após receber as felicitações, disse: "Naturalmente que vou fazer uma boa gestão, porque sou diplomado pela Escola Superior de Guerra e seguirei as orientações do Pentágono". Na época houve várias investigações, inclusive a intimação, em janeiro de 1966, de 16 cientistas acusados por Rocha Lagoa de conspirarem em seus laboratórios. O Instituto foi sendo privado de suas importantes atividades de pesquisa científica, transformando-se em mera fábrica de vacinas do governo, e muitos cientistas foram considerados subversivos.

Por volta de 1964, teve início a construção da Delegacia de Saúde, hoje conhecida como edifício da expansão do *campus*. O projeto para a construção deste edifício surgiu durante o Governo Castello Branco nas gestões de Raimundo de Brito, no Ministério da

Em primeiro plano, o Pavilhão da Biologia. Atrás, o Pavilhão Rocha Lima em construção. (DAD/Fiocruz)

Saúde, e de Joaquim Travassos da Rosa, no Instituto Oswaldo Cruz. A falta de uma definição clara quanto ao programa arquitetônico – a idéia, mesmo que não explicitada, era abrigar um hospital ou uma sede para o ministro da Saúde no Rio de Janeiro, que se recusava a ser transferido para Brasília – obrigou o arquiteto Albano Franco, autor do projeto, a conceber um edifício que pudesse ser interligado a mais blocos, para uma futura expansão, e a adotar salas sem divisões internas. Albano contou com a orientação de Oscar Niemeyer, autor dos edifícios da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, que possuem programa semelhante. Conta Albano:

A Divisão de Obras recebeu o pedido para fazer um projeto. E essa ordem de serviço veio para a minha mão. (...) Comecei a delinear o bosquejo (...) e a lidar com as autoridades. Alguém disse assim: faça um projeto que possa depois crescer. Alguém tinha idéia até de, talvez, transformar em um hospital. (...) O programa inicial foi um horror para se conseguir definir. (...) Então, me baseei numa experiência anterior, da construção de Brasília. Eu fui a uma comissão, eu como arquiteto, mais um funcionário administrativo e um médico. Fomos ao escritório do Oscar Niemeyer para ver o projeto do Ministério da Saúde, em Brasília. Então, Oscar Niemeyer, um cidadão inteligente, clarividente, não ia ficar se chateando com sala para isso, sala para aquilo, ninguém sabia, então ele fez aquilo: circulação e salões. Salões que depois podem ser divididos. Eu me baseei nisso e repeti a mesma coisa: circulações definidas, bem definidas, e o tal apêndice, porque se mais tarde fossem construir, fazia-se uma outra lâmina atrás. Você vê que o projeto é um T de perna curta. Fachadas de vidro, marcação das circulações, perfeitamente definidas. O projeto foi pensado para que depois pudesse ser transformado num hospital. Ali são lajes duplas, (...) pode passar tubulações tranqüilamente. (...) No piso é laje de concreto convencional. Apenas as fachadas foram protegidas aqui, no caso da Avenida Brasil, porque o índice de corrosão era terrível, a sulfetação do ar foi medida, era uma coisa terrível. (...) E continua, de lá para cá só aumentou: você tem três fatores aqui, que são o gás metano aqui do pântano, do canal do Faria, você tem o gás expelido pela Refinaria [de Mangueiras] e o CO₂ dos carros e dos ônibus.⁹¹

O projeto desenvolvido por Floroaldo Albano para o edifício da Delegacia de Saúde tem ainda as seguintes semelhanças com os edifícios da Esplanada dos Ministérios em Brasília: marcação da entrada com a utilização de uma marquise de concreto, tratamento, dimensões e proporções das fachadas e da volumetria adotada.

⁹¹ Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

Durante os anos de 1967 e 1968, enquanto se construía o edifício da Delegacia de Saúde, o arquiteto Floroaldo Albano envolveu-se também com o projeto e a construção de um novo biotério, atualmente denominado Centro de Criação de Animais de Laboratório (Cecal). Segundo ele, o biotério antigo era muito precário, com gaiolas de macaco ao ar livre e com índice de mortandade dos animais muito grande. Albano conta ainda que recebeu o programa e a indicação do local escolhido para a construção e projetou um edifício linear, porque na época se acreditava que biotérios compactos pudessem transmitir doenças com mais facilidade. Esse edifício foi construído pela Metrocon e sofreu diversas alterações nos anos seguintes.

Em 1969, com a ascensão do general Médici à presidência da República, Rocha Lagoa foi nomeado para o Ministério de Saúde. Nessa época já se esboçavam os acontecimentos de 1º e 2 de abril de 1970, data da cassação de dez cientistas de Manguinhos.

As obras de construção do edifício da Delegacia de Saúde já se arrastavam por quase uma década, quando Rocha Lagoa decidiu concluí-lo e se empenhou para que o edifício fosse inaugurado, em 1972, por ocasião do centenário de nascimento de Oswaldo Cruz.

Continua Albano:

O Professor Rocha Lagoa me botou lá [na Divisão de Obras] como diretor, queria acabar o prédio, porque tinha o dinheiro e era uma vergonha. Ele estava achando que estava demorando muito, então, eu e o Josélio [Josélio Médici] nos debruçamos sobre a execução da obra. Começamos a acelerar a obra e marcou-se uma data. A firma que estava executando, empresa Metrocon, era firma muito boa, gente muito séria.⁹²

E sobre a dificuldade de terminar a obra depois do pedido de solvência da Metrocon, comenta Albano:

Eu não sei como é hoje, mas naquela época, era época ainda da ditadura, o dinheiro era posto à disposição do Ministério no Banco do Brasil. Então, eu e o Josélio tivemos que elaborar um esquema exaustivo de pagamentos. Vinham as faturas, a gente conferia os serviços, a fatura saía, saíamos nós com o homem da construtora para apanhar o dinheiro. O dinheiro era então

⁹² Floroaldo Albano - Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B

depositado numa conta dele, nosso nome não figurava, evidentemente, nem nós queríamos, e fazíamos um plano de pagamentos. (...) Não sei se os deuses nos ajudaram, conseguimos, com esse processo, terminar a obra, que foi inaugurada na marca, na data aprazada. O que nos deu um desgaste terrível. Ganhando pouco e trabalhando muito. Nessa altura o Rocha Lagoa já tinha saído, mas eu telefonei para a casa dele e disse: olha professor, os seus temores podem ser afastados, o prédio foi inaugurado hoje. E ele disse: 'Olha, muito obrigado. Eu sabia que você ia conseguir. Muito obrigado. Eu não queria que aquilo ficasse como uma obra inacabada minha'.⁹³

Até essa época, o cais reconstruído por Luiz Moraes ainda podia ser avistado. Rocha Lagoa quis por bem recuperá-lo para a inauguração do edifício da expansão. O cais recebeu injeção e pavimentação em concreto, mas nenhum barco conseguia chegar até ele, devido ao avançado estado de assoreamento daquela região. A recuperação era simbólica. Para Rocha Lagoa era importante associar essa recuperação a sua imagem, muito desgastada com os acontecimentos das cassações. Mas, tempos depois, o cais foi definitivamente aterrado pelas obras de ocupação daquela área para habitações populares.

Em 1962, foi construída a Residência Oficial do diretor do Instituto Oswaldo Cruz e, no mesmo ano, foi edificado sobre as ruínas do Aquário de Água Salgada⁹⁴ o Pavilhão Gomes de Faria. Na construção desse pavilhão, que passou a funcionar como pano de fundo da Praça Pasteur, não houve preocupações de adequação com o entorno construído. O Pavilhão Gomes de Faria, pelas suas características e forma de implantação arquitetônica, alterou sensivelmente a ambiência do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. Outra intervenção incorreta executada na década de 60 foi a construção da subestação ao lado do Pavilhão do Relógio.

⁹³ Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

⁹⁴ Segundo Oliveira (1958), o Aquário tomava água do mar por meio de encanamento de louça e em 1958 encontrava-se em ruínas. Tudo indica a existência de uma tubulação que ligava o Aquário à Baía e que nunca funcionou direito, tanto que depois foram construídas instalações de hidrobiologia na Ilha do Pinheiro. Na própria ilha, a partir da década de 50, já era impossível se utilizar das águas da baía para as experiências, face ao avançado estado de poluição e assoreamento, o que tornava o aquário inútil.

Fora dos limites do Instituto, a construção em 1965/1966 do viaduto de Bonsucesso e a duplicação da Avenida Brasil a partir de 1951 causaram aumento do trânsito na região e grande impacto no *campus* de Manguinhos. O viaduto e a passarela foram ainda responsáveis pela perda de área do Instituto. No caso do viaduto uma grande área próxima ao Pavilhão de Cursos e a Rua Sizenando Nabuco foi perdida para que se construísse a alça de acesso do viaduto à Avenida Brasil. A passarela retirou uma pequena fatia do terreno, na margem da Avenida Brasil.

Projeto da Residência Oficial do diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Este edifício passou por uma obra de reforma que o descaracterizou completamente. (DAD/Fiocruz)

DECRETO N.º 66.624 — DE 22 DE MAIO DE 1970

Dispõe sobre a Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformada a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde em Fundação Instituto Oswaldo Cruz, e a ela incorporados o Instituto Oswaldo Cruz e o Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.

Art. 2.º A Fundação Instituto Oswaldo Cruz entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita ao regime administrativo e financeiro estabelecido em seu Estatuto tem por finalidade realizar pesquisas científicas no campo da medicina experimental, da biologia e da patologia; promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores em ciências biomédicas, de sanitaristas e demais profissionais de saúde; elaborar e fabricar produtos biológicos, profiláticos e medicamentos necessários às atividades do Ministério da Saúde, às necessidades do País, e às exigências da Segurança Nacional.

§ 1.º Passam a integrar a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança, o Instituto Nacional de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas, da Fundação Serviços de Saúde Pública e o Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Leprosia.

§ 2.º Os Institutos a que se refere o § 1.º terão autonomia, na forma estabelecida no Estatuto.

§ 3.º Revogado. ⁴⁴

⁴⁴ Revogado pelo Decreto n.º 74.891, de

Art. 3.º Até que a lei venha a dispor a respeito, os bens imóveis, móveis e semovíveis, integrantes do patrimônio da União e ora à disposição dos mencionados Instituto Oswaldo Cruz e Serviço de Produtos Profiláticos, serão utilizados pela Fundação, à qual caberá a sua guarda, conservação e administração.

Art. 4.º Fica o Ministério da Saúde autorizado a firmar convênios com a Fundação Instituto Oswaldo Cruz para a execução dos programas de Coordenação e Execução de Estudos e Pesquisas e de Produção de Medicamentos, correndo as despesas à conta das dotações próprias consignadas no orçamento da União.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MENEZES
Ruy Vieira da Cunha
Marcos Pereira Vianna

Fotomontagem do fac-símile do *Diário Oficial* de 02 de abril de 1970 com o ato de criação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz

À esquerda o Pavilhão de Vírus (atual Cardoso Fontes). Ao seu lado direito o Pavilhão Gomes de Faria, construído sobre as ruínas do Aquário. (DAD/Fiocruz)

Construção do Viaduto de Bonsucesso em 1966. Vê-se, à esquerda, hangar do Aero-Clube, já em desuso. (DAD/Fiocruz)